



Texto síntese – Roda de Diálogo SNEA 13

Educação em agroecologia: dez reflexões na construção de novos caminhos

Luis Mauro Santos Silva¹; Leonardo Gama Campos²

¹ Dr. em Agronomia pela UFPEL; docente da Universidade Federal do Pará, no NCADR; docente do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Territorial e Sociedade na Amazônia (PDTSA/UNIFESSPA) e; membro dos NEAs AJURI (edital CNPq 29/2014); Puxirum (edital CNPq 28/2014) e; RNEA Norte (edital CNPq 29/2014). E-mail: lmsilva2012@gmail.com. ² Dr. em Geografia pela Universidade Federal Fluminense, Professor Adjunto da Universidade Federal Fluminense (UFF); Produtor agroecológico e meliponicultor na região Serrana Fluminense. E-mail: lecampos@id.uff.br

1. INTRODUÇÃO

O Brasil vem avançando, de forma consistente, em metodologias e procedimentos pedagógicos em que a relação sociedade e natureza tem sido repensada. Inúmeras experiências acumuladas em espaços acadêmicos e de organizações sociais representativas confirmam tal afirmativa (WEZEL et. al.; CALDART, 2008; 2009; MOLINA, 2010; SOUZA e MARTINS, 2013; VILAR et. al.; 2013).

Em um mesmo sentido, o debate sobre uma perspectiva agroecológica de se pensar o processo de desenvolvimento da sociedade contemporânea, aproxima-se dos princípios firmados pelos inúmeros processos ligados a uma educação popular, ambiental, agroecológica etc., consolidando premissas e conceitos convergentes (WEZEL et. al.; CALDART, 2008; 2009; SOUZA e MARTINS, 2013; VILAR et. al.; 2013).

Em contraposição, predomina ainda no Brasil uma educação “bancária” em que sua pedagogia (ou a falta) distancia a formação de premissas essenciais de formação cidadã, pois se limita em propor uma trajetória educacional mercadológica e meramente receptora de conteúdos desconexos com as realidades concretas (FREIRE, 1987).

Reforçando o argumento anterior, Duarte e Rabelo (20116) frisam ainda que a formação humana proposta nos centros urbanos brasileiros preza por uma pedagogia empreendedora, visto com a demanda máxima a ser atendida passa a ser a do mercado formal de trabalho, negligenciando de forma absoluta as demandas específicas das sociedades rurais. E, ainda segundo os mesmos autores, as organizações sociais do campo contribuem, efetivamente, na concepção de novas matrizes pedagógicas mais críticas ao atual modelo de



sociedade. Em síntese, a manutenção de uma consciência de classe se dá desde o fazer cotidiano, nas ações e no diálogo.

Em seu turno, Auler e Auler (2016) ressaltam que o princípio maior de uma educação em agroecologia não se aparta da essência “freiriana”, pela mesma ter sentido apenas como um processo transformador e não eminentemente “bancário” (FREIRE, 1987):

(...) Trata-se, acima de tudo, de uma mudança radical no campo do currículo, entendendo-o não como um campo neutro. Ele sempre é marcado por interesses e carrega intencionalidades, que podem estar voltados para a formação de um sujeito que seja um bom competidor na guerra em que foi transformada a dinâmica social contemporânea ou podem estar assentados em outros princípios. Por exemplo, a constituição de um sujeito solidário, também tecnicamente competente, que se engaje em ações coletivas que problematizem a insustentabilidade do atual modelo socioeconômico e busquem a formação de sociedades sustentáveis. (AULER e AULER, 2016; p. 3).

Vários autores ainda destacam outros princípios que além de aproximar a Educação e a perspectiva agroecológica de se pensar o mundo, ainda reafirma a forte contradição do caminho agroecológico e o proposto pelo atual modelo de sociedade urbano-industrial de consumo, cobrando da academia e sociedade uma postura mais crítica e proativa, na busca de novos formatos conceituais e metodológicos (COSTA GOMES E BORBA, 1990; GLIESSMAN, 2001; LEFF, 2002; CAPORAL e COSTABEBER, 2004; MARCO REFERENCIAL EM AGROECOLOGIA, 2006; PLOEG, 2008; ALTIERI, 2012; BARROS e SILVA, 2013; entre outros).

Tomando como exemplo, Duarte e Rabelo (2016) apontam alguns princípios educacionais que aproximam a prática pedagógica com os preceitos agroecológicos, como: a) O princípio educativo do trabalho; b) O da Cultura; c) O da Organicidade; d) O de Classe social; e) O da Práxis formativa e papel da teoria; f) O da Tecnologia; entre outros. Porém, ainda cabe aqui um exercício na construção de temas transversais que explicitem melhor uma salutar interdependência entre Educação e Agroecologia, reforçados até pelos trabalhos aqui sintetizados, como:



1. A complexidade das realidades como ambiente de construção de diálogos, conhecimentos e ações concretas de desenvolvimento.
2. A realidade das lógicas familiares de produção como tema gerador e uma essência camponesa como referência.
3. O protagonismo social (multigêneros e geracional) em todos os espaços e ambientes de construção e decisão.
4. A culminância com a promoção de processos de autonomia e empoderamento social.

Portanto, o presente artigo objetiva, de maneira muito preliminar, contribuir para uma reflexão coletiva sobre a sinergia, possível e necessária, entre os que constroem uma perspectiva agroecológica de sociedade e os que ousam em propor e consolidar processos educacionais sob os princípios que unem a sociedade do campo e da cidade e seus ambientes de vida e trabalho. Tais processos autênticos apontam uma ressignificação do papel da sociedade na formação de agentes de desenvolvimento críticos e cidadãos. Também está na perspectiva de uma educação libertária a valorização e o protagonismo social das diversas lógicas sócio-produtivas, sejam elas muito, pouco ou nada impactadas pelo atual modelo excludente de desenvolvimento econômico.

2. OPÇÃO METODOLÓGICA

Esse artigo é fruto do processo de preparação da Roda de diálogo (SNEA13), prevista no II SNEA, realizado na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) e organizado pelo GT Educação em Agroecologia, da ABA-agroecologia. Sua construção parte de leituras reflexivas provenientes de dez artigos sobre experiências vivenciadas em Educação e Agroecologia, cujos protagonistas são diversos (estudantes professores de vários níveis de ensino; agricultora (e) s e suas organizações; povos tradicionais; crianças; profissionais de ATER, entre outros). Em suma, esse breve relato reflexivo pretende animar diálogos sobre as sinergias entre o fazer uma Educação libertária e comprometida com um projeto de sociedade mais crítica, justa e propositiva. A perspectiva agroecológica permeia por todos os relatos, confirmando, veementemente, sua dialogicidade com o ato de educar. O auge da metodologia este centrado no “fazer coletivo” proposto para a concepção de uma “Instalação artístico-



pedagógica” (BARBOSA et. al., 2013), convidando cada participante a trazer um “elemento” que simbolizasse sua experiência e, em conjunto, buscar conexões entre os distintos elementos e as experiências trazidas de várias regiões brasileiras, além da riqueza de metodologias e intercâmbios realizados durante cada caso relatado e dialogado no grupo. Ao final, se materializou a expressão artística do conjunto de experiências conversadas durante a roda de conversa proposta (ver figura 01). Após a concepção da Instalação, os grupos puderam visitar as outras instalações construídas no II SNEA (em torno de 16) e, assim, dialogar de uma forma mais ampla sobre educação em agroecologia, buscando convergências e trocando saberes e impressões. Ao final, uma plenária com todas as experiências permitiu uma reflexão global das rodas de conversa e reforçou a necessidade de se conhecer mais as mais diversas experiências metodológicas que se têm construído na consolidação de uma educação crítica e libertadora.

3. AS EXPERIÊNCIAS E TANGENCIAMENTOS ENTRE EDUCAÇÃO E AGROECOLOGIA

Ao invés de descrever metodicamente as dez experiências, fez-se a opção de destacar ligações entre Educação e Agroecologia. Para tanto, seguem abaixo o destaque de algumas opções metodológicas que realçaram as aproximações entre educar para a vida e valorizar as realidades e sujeitos, numa perspectiva agroecológica de desenvolvimento.

3.1. A **vivência** como modalidade pedagógica central

De uma forma geral, a grade maioria dos dez trabalhos destacaram a “vivência” como uma alternativa metodológica fundamental de uma educação renovadora. Além de possibilitar o envolvimento dos sujeitos e das realidades dos mesmos, a vivência viabiliza os outros três princípios de convergência entre educação e agroecologia, acima citados. Alguns dos artigos apontam o contato sistemático com as realidades como elemento curricular (SNEA13.01; SNEA13.05; SNEA13.06; SNEA13.07; SNEA13.09; SNEA13.11) (ver quadro 01). Em outros casos, a vivência também se expressa também em formatos menos sistemáticos, como intercâmbios, visitas orientadas e suas derivações (SNEA 13. 02; SNEA13.03 e SNEA13.11).



3.2. Questões de gênero

Temas cada vez mais acessados em todas as realidades, o papel protagonista das mulheres, jovens e crianças ganham visibilidade merecida em vários artigos aqui apresentados (SNEA13.03; SNEA13.05; SNEA13.06; SNAE13.11, conforme quadro 01). Tais iniciativas vão desde a valorização de práticas de grupos de mulheres em assentamentos e comunidades tradicionais, protagonizando processos de produção e comercialização, até uma maior conscientização e envolvimento de jovens no campo. Seja por um viés profissionalizante ou por uma perspectiva de revalorização do campo como um espaço de vida e de trabalho, diversos ambientes de pesquisa e formação, como os NEAs¹, tem surgido e se consolidado como promotores de uma formação com protagonismo da juventude.

O artigo SNEA13.11 materializa uma das experiências concretas de Educação em agroecologia com o público infantil. Com base na teoria Socionteracionista, ou seja, sob o caráter de constante construção e transformação do ser humano, o Projeto *Terraquarium* (TO) tem permitido um contato das crianças com a natureza, através de práticas ambientais, exercitando princípios agroecológicos e da educação.

3.3. A pesquisa como princípio pedagógico

As experiências expressam igualmente a importância da pesquisa como princípio pedagógico. Porém, reforça-se veementemente a dificuldade de método das Instituições de ensino e as trajetórias de formação dos próprios educadores envolvidos nas experiências de educação em agroecologia. Não basta apenas uma “boa intenção” de contribuir nesses processos inovadores de formação e construção de novos conhecimentos, mas uma mudança de método é combustível necessário para se romper com a visão equivocada de “neutralidade”, “simplicidade” e “Objetividade”, impostas pelo atual paradigma científico (SILVA, 2012). E nesse espírito crítico observando e interagindo com a complexidade e subjetividade das realidades rurais e urbanas, os autores exercitaram distintas formas de

¹ NEAs são Núcleos de Estudos Agroecológicos, apoiados por políticas de Estado (ou não), são espaços institucionais ou de não formais que têm dinamizado tantos processos formativos como de pesquisa e construção de conhecimentos agroecológicos, em todo o território Nacional.



apontar alguns caminhos autênticos de ressignificar a o papel da pesquisa e sua indissociabilidade para com a formação.

Tomamos aqui como ilustração o caso do artigo que expõe a experiência em Pós-graduação, modalidade Residência Agrária (SNEA13.07). Convergem os 04 princípios sob um ambiente de integração de diversos atores que atuam com a Agroecologia no estado de Sergipe, através de ações conjuntas envolvendo diferentes departamentos da Universidade com Embrapa, instituições de ATER e movimentos sociais.

3.4. Políticas Públicas e mobilização de parcerias

Nota-se na maioria das experiências que a capacidade de mobilização social e fundamental para o êxito de cada processo. O envolvimento de Instituições, entidades representativas, comunidades e movimentos sociais representativos estão entre os grandes parceiros dos dez relatos.

Nota-se também que o acesso a “Políticas Públicas adequadas” aos propósitos da Educação em Agroecologia, permite a construção de um ambiente de compromisso maior entre os sujeitos promotores do processo educacional (muitos ainda “projeto Piloto”) e Instituições responsáveis por ensino, pesquisa e extensão rural. O envolvimento comprometido do estado é fundamental para a perenidade destas experiências, conforme aponta algumas delas, já incorporadas por Instituições de Ensino (cursos regulares).

Sem desconsiderar a importância da expansão das Instituições Federais de Ensino via REUNI – MEC, tomamos aqui a PNAPO² como uma grande conquista da sociedade brasileira. Nas experiências aqui relatadas, podemos enumerar algumas ações estratégicas ligadas a PNAPO, como: a) o acesso do PNAE e PAA; b) a criação dos NEAs e RNEAs³; c) as linhas de crédito do PRONAF, especialmente voltadas às mulheres, juventude, além dos povos tradicionais, entre várias outras.

² Por meio do DECRETO Nº 7.794, DE 20 DE AGOSTO DE 2012, foi criada a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica, sendo uma referência de política pública estruturante para as necessárias mudanças na postura do estado sobre o papel das lógicas familiares de produção e o papel protagonista povo do campo.

³ Núcleos de Estudos Agroecológicos e Rede de Núcleos. No Brasil, já são dezenas de NEAs produzindo conhecimentos junto às lógicas familiares e ligados aos temas de Ensino, Pesquisa e extensão.



3.5. Desafios que unem as experiências em questão

Após um rápido “passeio” nas dez experiências relatadas, podemos apontar alguns desafios que parecem ser comuns para tais relatos, como:

- Contextualizar melhor os territórios de conflitos agrários e marginalização da Agricultura familiar, garantindo assim temas e demandas conectadas com as distintas realidades envolvidas nos processos de formação.
- Manter como centro dos processos de educação em agroecologia o necessário protagonismo das lógicas familiares de produção e estudantes.
- Confrontar, sempre, teoria e realidade para uma leitura crítica da educação e do conhecimento construído nos territórios distintos.
- Consolidar os momentos de VIVÊNCIA como modalidades pedagógicas essenciais para uma educação em Agroecologia.
- Perenizar os NEAs e outros espaços como ambientes de construção do conhecimento agroecológico e formação.
- Uma necessária e urgente revisão dos currículos clássicos de formação técnica.
- A questão de gênero e geracional como fundamental na construção de uma proposta de formação em agroecologia.
- Garantir que os momentos de Intercâmbios de experiências em formação e pesquisa estejam na missão das propostas curriculares, tanto na Educação formal quanto nas propostas informais.

4. O QUE MOTIVOU O DEBATE?

Ao longo de quase um dia de debate em torno das experiências apresentadas (ver quadro 01) e guiados pela metodologia “Instalações artístico-pedagógica”, o grupo SNEA 13 materializou elementos importantes sobre: as vivências; os necessários protagonismos sociais; empoderamento feminino e da juventude; as práticas de educação popular e parcerias institucionais; entre outras. Essa riqueza de relatos e conversas pôde ser expressa na figura 01.



5. REFERÊNCIAS

- ALTIERI, M. Colheita fatal: velhas e novas dimensões da tragédia ecológica da agricultura moderna. IN: Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável. 3ª Ed. Revista e Ampliada, Miguel Altieri, Ed. Expressão Popular, São Paulo, 2012, Capítulo 01, P. 23-47.
- AULER, N. M. F.; AULER, D. Construção de sociedades sustentáveis: buscando outros currículos na educação. Vol. 11, Nº 1, jun. 2016, 19 p.
- BARBOSA, W. A.; ZANELLI, F. V.; CALIGIORNE, C. C.; CONTE, G. M.; MOREIRA, F. de O.; CARDOSO, I. M. Programa Teia Trocando saberes e reinventando a universidade. Revista Agriculturas: v. 10 - n. 3 • setembro de 2013, p. 7-11.
- BARROS, F. B. E SILVA, L. M. S. Aproximações sobre saberes amazônicos como essência do Desenvolvimento Sustentável nos trópicos. In: Agroecologia: princípios e reflexões conceituais / editores técnicos, João Carlos Costa Gomes, William Santos de Assis. – Brasília, DF: Embrapa, 2013, p. 109-144.
- CALDART, R. S. Sobre educação do campo. In: SANTOS, Clarice Aparecida dos. (Org.). Por uma educação do campo: campo - políticas públicas - educação. 1. ed. Brasília: INCRA/MDA, 2008. v. 7, p. 67-86.
- CAPORAL, F. R. e COSTABEBER, J. A. Agroecologia: alguns conceitos e princípios. Brasília: MDA/SAF/DATER – IICA, 2004, 24p.
- COSTA GOMES, J. C. & BORBA, M. Limites e possibilidades da agroecologia como base para sociedades sustentáveis. Revista Ciência e Ambiente, UFSM – v.1, n.1, (jul. 1990), p. 5-14.
- DUARTE, V. P. e RABELO, A. K. Fundamentos da educação em agroecologia. Cadernos de agroecologia, Vol. 11, Nº 1, jun. 2016, 21 p.
- FREIRE, Paulo. Pedagogia do Oprimido. 20 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- GLIESSMAN, S. R. Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável. 2 ed. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2001. 653p.
- LEFF, E. Agroecologia e saber ambiental. Revista agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável. Porto Alegre, RS, v.3, nº 1, Jan/Mar, 2002, p. 36-51.



MARCO REFERENCIAL EM AGROECOLOGIA. Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. Brasília, DF: Embrapa Informação Tecnológica, 2006, 70 p.

MOLINA, M. C. (Org.). Educação do campo e pesquisa II. 1. ed. Brasília: Nead, 2010. v. 1, 211 p.

PLOEG, J. D. Van Der. Camponeses e Impérios Alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização / Jean Douwe Van Der Ploeg; tradução de Rita Pereira – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008, 372 p.

SILVA, L. M. S. O papel didático da crise da agricultura moderna para a compreensão da ascensão de um enfoque agroecológico. UFPA/NCADR/PPGAA - UFRGS/PGDR, 2012, 15 p.

SOUZA, R. da P.; MARTINS, S. R.. Construção do conhecimento agroecológico: desafios para a resistência científicoacadêmica no Brasil. In: GOMES, João Carlos Costa; ASSIS, William Santos de. (Org.). Agroecologia princípios e reflexões. 1. ed. Brasília: EMBRAPA, 2013. v. 1, p. 73-107.

VILLAR, J. P.; CARDOSO, I. M.; FERRARI, E. A.; DAL SOGLIO, F. K. Os caminhos da agroecologia no Brasil. In: GOMES, João Carlos Costa; ASSIS, William Santos de. (Org.). Agroecologia princípios e reflexões. 1. ed. Brasília: EMBRAPA, 2013. v. 1, p. 37-72.

WEZEL, A.; BELLON, S.; DORÉ, T.; FRANCIS, C.; VALLOD, D.; DAVID, C. Agroecology as a science, a movement and a practice. A review. Agron. Sustain. Dev. 2009. Disponível em: <www.agronomy-journal.org>. Acesso em: 23 jan. 2012.